

**Venerando Presidente do Tribunal Constitucional,  
Venerando Presidente do Tribunal Supremo,  
Veneranda Presidente do Tribunal de Contas,  
Digníssimo Procurador Geral da República,  
Ilustríssimo Bastonário da Ordem dos Advogados de Angola,  
Senhor Secretário do Presidente da República para os Assuntos  
Judiciais e Jurídicos;  
Senhor Secretário de Estado para a Justiça,  
Meritíssimos Juízes,  
Dignos Procuradores da República,  
Prezados Membros da Comissão da Reforma da Justiça e do  
Direito,**

Agradeço a Vossas Excelências por terem vindo a esta sessão inaugural das actividades da nova Comissão de Reforma da Justiça e do Direito, instituída pelo Despacho Presidencial n.º 72/20, de 26 de Maio.

A Comissão de Reforma da Justiça e do Direito, de que todos fazemos parte, é o instrumento de coordenação das políticas públicas para a Justiça e para o Direito, inscrevendo-se no quadro mais amplo da Reforma do Estado.

A presença de todos, neste acto, atesta o interesse de mantermos e reforçarmos a coesão institucional dos órgãos de soberania na promoção da justiça e na construção do Direito, na sua pluridimensão jurídica, política, cultural e sociológica.

A Reforma da Justiça e do Direito integra-se na linha da concretização da Constituição da República de 2010 e representa um processo que interessa a todos os órgãos de soberania do País.

Cada um destes órgãos intervirá no processo, de forma coordenada e interdependente, respeitando as suas competências quanto à iniciativa legislativa e à intervenção necessária, no processo de Reforma, dos órgãos judiciais, judiciários, dos advogados, antes de as

propostas legislativas gizadas pela Comissão serem submetidas aos órgãos com competência para a sua aprovação.

A habitual cooperação institucional que tem caracterizado as relações entre os três poderes do Estado encontrará, na Comissão de Reforma da Justiça e do Direito, um espaço privilegiado de afirmação e reforço, tendo sempre como ponto de partida e de chegada a Constituição, a lei e os superiores interesses do Estado.

A presença de Vossas Excelências, nesta cerimónia, encoraja também os que estarão mais directamente envolvidos na operacionalização da Comissão, este instrumento de trabalho criado por Sua Excelência o Sr. Presidente da República para colmatar o vazio existente, desde 2016.

Neste aspecto, devemos referir que a Grupo Técnico para as Questões Penais afecto à anterior Comissão continua a acompanhar, de forma muito competente, o processo legislativo respeitante aos novos Códigos Penal e do Processo Penal.

Cada um de nós deverá ter em conta as lideranças das instituições que nos indicaram para os representarmos nesta Comissão.

Isto deve ser assim, para que a coordenação institucional se traduza num exercício de articulação das várias visões, opiniões e pontos de vista que cada órgão representado defende e para que o resultado final exprima o consenso de um debate salutar, porque democrático, livre e transparente.

Como disse já, neste exercício técnico, os limites serão a Constituição, a lei e os interesses superiores do Estado, sem prejuízo de sempre podermos argumentar e defender os nossos pontos de vista com base na jurisprudência, na doutrina, nos estudos comparativos e nas demais ciências auxiliares do Direito como a sociologia, a psicologia, a antropologia, a vitimologia, etc.

Nesta sessão inaugural da Comissão de Reforma da Justiça e do Direito, faremos uma breve avaliação do trabalho realizado até agora e do que faremos daqui para frente.

Estando o nosso mandato limitado a 26 de Maio de 2022, deveremos também abordar o cronograma de acções até a essa data limite.

Espera-nos uma tarefa grandiosa e um desafio intelectual estimulante; eis duas razões para acreditarmos que, no final da nossa missão, teremos colocado mais uma pedra de sustentação no edifício da Justiça e do Direito, em Angola.

Agradeço, mais uma vez, pela honrosa presença de Vossas Excelências, neste acto, e desejo muitos êxitos aos membros da Comissão de Reforma da Justiça e do Direito que agora iniciam as suas funções.

**Muito Obrigado!**

**Luanda, 02 de Junho de 2020**

**Francisco Manuel Monteiro de Queiroz**

**Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos**